

“ARISTOCRACIA AGRÁRIA”: OS PROCESSOS LETÁRGICOS NAS ALAGOAS

Geovane Alves da Silva*

Resumo

O artigo se propõe a analisar o modo de produção da agricultura da cana-de-açúcar, isto é, a atuação dessas empresas no espaço geográfico alagoano, propondo alguns exemplos de desenvolvimentos regionais. A revisão bibliográfica foi feita, fazendo-se uma síntese da Formação Econômica e Social de Alagoas, ressaltando como a ausência da dinâmica econômica neste Estado, resulta da persistência deste modo de produção – que configura o domínio de uma aristocracia agrária que utiliza no aparelho do Estado para sua perpetuação – e impede assim a diversificação econômica, é importante ressaltar os diferenciais que configuram esse modo de produção, que coloca em lados opostos duas realidades: de um lado empresas com excepcional produtividade por hectares, com atividades diversificadas, atuando em diferentes regiões geográficas do Brasil, do outro, empresas com baixa produtividade, atuando no território alagoano, que são problemas históricos para o Estado, com dívidas com bilhões de reais e que, no entanto, recebem um tratamento diferenciado, com amortização, e acordos em seus benefícios. Concluímos que este modo de produção baseado na produção do açúcar e de álcool, apresenta problemas que condicionam seu futuro diretamente, por exemplo: os relacionados a exportações, que consiste na instabilidade que afeta as relações monetárias e financeiras internacionais.

Palavras-chave: Dinâmica Econômica; Mesorregião do Leste Alagoano; Cana-de-Açúcar; Modo de Produção.

* Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Especialista em Ensino de Geografia e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Faz parte do Grupo de pesquisa Região, Regionalização e Regionalismo da Universidade Federal de Alagoas. Correio eletrônico: geovaneuneal@hotmail.com

“AGRARIAN ARISTOCRACY”: LETHARGIC PROCESSES IN ALAGOAS

Abstract

The article proposes to analyze the production mode of sugar cane agriculture, that is, the performance of these companies in the geographical space of Alagoas, proposing some examples of regional developments. The bibliographic review was carried out, making a synthesis of the Economic and Social Formation of Alagoas, highlighting how the absence of economic dynamics in this State, results from the persistence of this mode of production – which configures the domain of an agrarian aristocracy that it uses in the apparatus of the State for its perpetuation – and thus prevented economic diversification, it is important to highlight the differentials that configure this mode of production, which places two realities on opposite sides: on the one hand companies with exceptional productivity per hectare, with diversified activities, operating in different regions geographic regions of Brazil, on the other, companies with low productivity, operating in Alagoas, which are historical problems for the State, with debts with billions of reais and which, however, receive different treatment, with amortization, and agreements on their benefits. We conclude that this mode of production based on the production of sugar and alcohol, presents problems that directly condition its future, for example: those related to exports, which consists of the instability that affects international monetary and financial relations.

Keywords: Economic Dynamics; Mesoregion of Eastern Alagoas; Sugar Cane; Production Mode.

Introdução

Em Alagoas, a falta de dinâmica econômica nesse Estado traz como resultado a combinação dos problemas no mundo rural para a parte urbana, resultando em pobreza e outros fenômenos, que podem ser verificados, principalmente, “nas cidades do interior”. Esse quadro de dificuldades explica

tanto a forte mobilidade rural/urbana, como o deslocamento interior/capital, assim como a migração para outras unidades da federação (CARVALHO, 2008, p. 15).

A hipótese de trabalho aqui levantada é que a ausência da dinâmica econômica em Alagoas resulta da persistência de um modo de produção – agricultura da cana-de-açúcar – sob o domínio de uma aristocracia agrária que utiliza o aparelho do Estado para sua perpetuação e impedi, assim, a diversificação econômica.

É importante ressaltar os diferenciais que configuram esse modo de produção, que coloca em lados opostos duas realidades: de um lado empresas com excepcional produtividade por hectares, com atividades diversificadas, atuando em diferentes regiões geográficas do Brasil. Do outro, empresas com baixa produtividade, atuando no território alagoano, que são problemas históricos para o Estado, com dívidas com bilhões de reais. Contudo, recebem um tratamento diferenciado, com amortização e acordos em seu benefício.

1. Metodologia

Nesse sentido, propomos analisar a atuação dessas empresas no espaço alagoano, propondo alguns exemplos de desenvolvimentos regionais, fazendo uma síntese de sua Formação Econômica e Social. (FES) e, assim, trazer, conforme Santos (1977), “uma teoria válida do espaço”.

Isto é, compreendendo o espaço a partir do trabalho do homem, que é o responsável pela evolução diferencial das sociedades, ou seja, a compreensão da história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, é um fundamento essencial para compreensão da realidade espacial (SANTOS, 1977).

Para tanto, a pesquisa bibliográfica seguiu uma abordagem qualitativa, utilizando-se ainda o método dialético, histórico-estrutural, uma vez que são levados em consideração os diferentes fatores histórico-estruturais. Adotamos,

ainda, o princípio geográfico de Cholley (1948) sobre a noção de combinação de “complexo” ou a expressão dos fenômenos de convergência que são: elementos físicos, elementos biológicos e os elementos humanos.

Essenciais para o estudo em questão sobre a combinação agrícola do território alagoano, isto é, sua estrutura (solo e clima, plantas cultivadas, elementos humanos, máquinas, mão-de-obra), que provocaram certos tipos de povoamento do solo, criando uma estrutura social mais ou menos diferenciada, e formas de organização da terra, criando focos regionais, e gêneros de vida bem característicos. Nesse contexto, as combinações decorrentes da atividade industrial, melhor atestam os elementos humanos (como organização, técnicas, mão-de-obra).

2. A gênese da aristocracia rural

Sabe-se que os núcleos populacionais de Alagoas nasceram e cresceram em derredor dos engenhos de fabricar açúcar, de modo que o açúcar emanou a própria história regional, isto é, completando-se a história política e social com a história do açúcar, determinando ou as contornando. (DIÉGUES JÚNIOR, p. 26). Nesse contexto, a Mesorregião do Leste Alagoano é conhecida nacionalmente pelo cultivo da cana-de-açúcar, presente desde sua formação territorial.

Assim como o algodão, que disputou espaço com a cana-de-açúcar até “os anos cinquenta em municípios da Mata, como São José da Laje e União dos Palmares” (ANDRADE, 2011, p. 107). A cana-de-açúcar e o algodão tiveram importância não somente econômica para a região. Para escoar a produção do algodão e do açúcar tiveram início as construções de estradas de rodagens e de ferro. A herança colonial portuguesa da monocultura canavieira influenciou diretamente nas relações sociais de seus habitantes.

A Figura 1 que consta o mapa da área ocupada com cana-de-açúcar em 2018, ilustra bem na parte escura a influência dessa monocultura para a

economia alagoana, desta área ocupada, 29 municípios produziram até 200.000 toneladas; 18 municípios produziram de 200.001 a 600.000 (t); 3 municípios produziram 600.001 a 1.000.000 (t); sendo apenas 1 município produziu 1.000.001 a 2.000.000 (t); e que mais produziu foi estar localizada no município de Coruripe com uma produção a 2.000.001 a 2.900.00 (t).

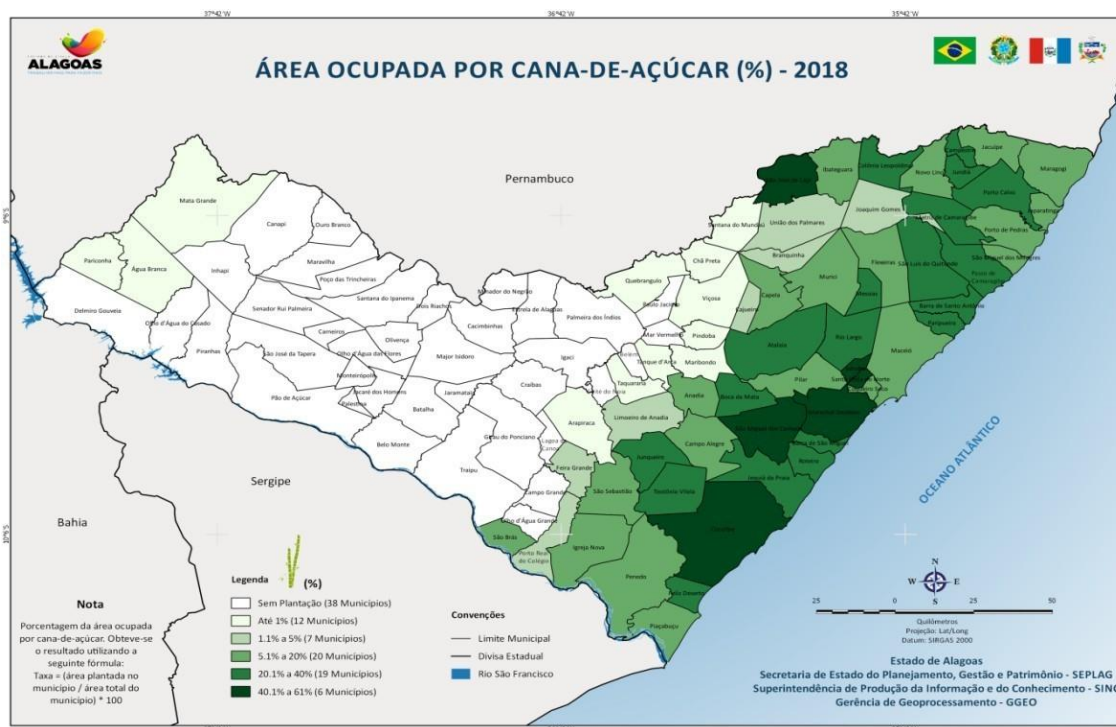


Figura 1. Área ocupada por cana-de-açúcar em 2018

Fonte: IBGE (2018) e SEPLAG (2019).

A partir dessas informações, percebe-se que a maioria dos municípios produtores de cana-de-açúcar de Alagoas estão perdendo produtividade, concentrando a produção acima de 600.001 toneladas apenas em quatro municípios (Coruripe, São Miguel dos Campos, São José da Laje e São Luís do Quitunde), responsáveis pelas maiores quantidades de cana-de-açúcar em 2018.

Mas como explicar essa diferença de produtividade entre as usinas e a persistência da monocultura em municípios que não produzem mais de 200.000 toneladas? Qual seria a alternativa para um desenvolvimento regional?

A resposta à primeira pergunta pode ser encontrada nas características que persistem de uma estrutura assentada no latifúndio rural com resquícios de

elementos feudais, que impedem o pleno desenvolvimento regional. Desse modo, percebe-se que na estrutura econômica dessa sociedade capitalista ainda não há uma ruptura que permita maior dinamismo na agricultura.

3. Os processos letárgicos: o novo já nasce velho

Os processos letárgicos estão associados às influências político-financeiras que estes agentes exercem sobre o Estado. Antes, porém de um aprofundamento nesta temática que envolve o produtor (usineiro, empresário). Revisitamos o passado para discutir como Ignácio Rangel (1986, p. 719) observava o curso da dissidência do latifúndio, que assumia sob a forma do capitalismo agrícola, uma dissidência progressista. Rangel (1986) observa que a modernização da agricultura com novos equipamentos traria implicações sobre a produtividade, conservação de alimentos, instalações frigoríficas, nos transportes, armazenagem e comércio e a oferta bruta da força de trabalho.

Ter-se-ia um menor número de trabalhadores agrícolas, menor número de horas trabalhadas, implicando, assim, numa nova redistribuição da população entre área rural e a cidade, sobretudo em função da aplicação de técnicas modernas – químicas e mecânicas – um dos seus méritos estaria na substituição do latifúndio feudal, na resolução de graves problemas e era incompatível com as sobrevivências feudais de nossa estrutura agrária, mas cada coisa ao seu devido tempo.

A volta dos antigos agentes do latifúndio feudal tradicional emerge na economia brasileira durante a fase B do quarto Kondratiev (1973), agora sobre a alcunha de latifúndio capitalista. Ele volta com a chamada crise do petróleo, que provocou uma queda da eficácia marginal do capital, acarretando o desestímulo aos investimentos.

Por isso mesmo a recessão, decaindo as exportações do mundo capitalista desenvolvido. O resultado disto no interior da economia brasileira foi o endividamento para socorrer as empresas públicas concessionárias de

serviços públicos e, para o fim mais imediato, mais macroeconômico, de sustentar o esforço de formação de capital do país.

Nesse contexto, a oferta de capitais oferecidos pelos países que ocupam o centro dinâmico da economia mundial foi recebida sem muito exame, o que resultou num endividamento maior, não para pagar as importações recentes, mas para pagar as importações antigas. Nessa conjuntura, a única opção era aumentar as exportações para produzir saldo na balança comercial e reduzir as importações, contudo, estava-se longe de se produzir um efeito recessivo sobre nossa economia.

No entanto, o esforço para a produção dos saldos, promoveu um soerguimento da economia brasileira, que voltou a crescer a uma taxa considerável. Nas circunstâncias, a própria inflação estacou bruscamente, apesar do nível muito elevado de mais de 200% ao ano.

O cenário que se mostrava com o aumento das exportações era propício para que voltasse a cena os antigos agentes do latifúndio feudal tradicional e a criação do novo latifúndio: o latifúndio capitalista. O capitalismo agrícola brasileiro nasceu e cresceu como uma simples variante do latifúndio feudal tradicional.

As novas condições, em particular com a especulação fundiária, era a base do latifúndio feudal que não apenas coexistia, como promovia o desenvolvimento do capitalismo industrial. A partir de uma intermediação financeira francamente usurário, isto é, medieval, ou seja, o capitalismo se desenvolvia em condições que não lhe eram próprias.

Segundo Rangel (1986), no período da ditadura, o latifúndio feudal operava em condições que se invertiam, a nova tecnologia agrícola, à qual a nova indústria se desenvolvia modificava a produtividade do trabalho a partir dos novos equipamentos e técnicas, suscitando o aparecimento da mais-valia relativa, que subvertia as relações de trabalho.

O latifúndio feudal operava ainda subvertendo a acessibilidade e habitabilidade das terras, com a operação do mercado fundiário. A nova tecnologia tornava ainda agricultáveis glebas que não eram antes, subvertendo

o balanço entre oferta e a demanda de terras, inclusive reduzindo as áreas de atrito entre o patronato e as massas rurais. Esse novo quadro que tem o empresariado capitalista agrícola em posição de domínio, colocou o Brasil frente ao problema do que fazer com as sobras de força de trabalho e tempo de trabalho, ou seja, lançar a um mercado trabalho congestionado mão-de-obra.

A partir da contribuição de Ignácio Rangel (1986) sobre a estrutura agrária, é possível perceber como o empresariado capitalista agrícola alagoano mantém uma relação direta com o Estado, especialmente porque assume cargos políticos para a administração de recursos públicos (governadores, senadores, deputados, prefeitos, entre outros).

Isto é, mantém uma influência sobre as condições do crédito para os seus negócios empresariais (valor, amortização, garantia, taxa de juro, entre outras), não se preocupando com seguro (cobertura, taxa, forma de pagamento). O resultado disto é uma dívida pública sem precedente, que o Estado não conseguiu receber.

O montante da dívida para Alagoas em 2004, anunciada pela própria Secretaria da Fazenda, era de R\$ 1,5 bilhões. No entanto, o valor do acordo (com os usineiros) da renegociação ficou em apenas R\$ 450 milhões, a serem pagos em 15 anos, mais o retorno do pagamento de 25% do ICMS nas operações do açúcar (CARVALHO, 2010).

4. Alternativa para um desenvolvimento regional

O caso da soja

Uma das alternativas tímidas de afronta ao domínio da cana-de-açúcar em Alagoas, isto é, a diversificação de atividades agrícolas, têm sido a inserção da soja, plantada nos municípios de Junqueiro (301 a 700) (t); Campo Alegre e São Miguel dos Campos (171 a 300) (t); e Jundiá (110 a 170) (t).

Optou-se por falar sobre a inserção da soja como exemplo

desenvolvimentista, porque esta foi a responsável pela formação do complexo agroindustrial no cerrado mato-grossense no final dos anos 1970, quando empresários experientes do Sul do país, aplicaram um nível tecnológico elevado na região, facilitado por condições naturais como intensa luminosidade e a topografia, criando-se assim uma nova ordem econômica e social de ocupação de grandes espaços vazios nas áreas de fronteiras agrícolas, atraindo investidores que procuravam ramos rentáveis.

De modo que no período de 1985-1995, o Mato Grosso já era o segundo produtor de soja do país, concentrando sua produção em alguns municípios como na parte Norte: Campo novo do Parecis, Sorriso, Nova Mutum, Diamantino, e Lucas do Rio Verde. Na parte sudeste: Rondonópolis, Primavera do Leste, Novo São Joaquim, Campo Verde e Itiquira (BERNARDES, 2002).

Por meio do desenvolvimento técnico-científico que possibilitou uma manipulação mais eficiente dos recursos do cerrado mato-grossense os produtores conseguiram maiores rendimentos médio, maiores variedades de cultivares geneticamente adequadas às condições do cerrado, fertilizantes e agrotóxicos, além do uso das máquinas e implementos modernos.

Em outras palavras, as inovações mecânicas, físico-química e biológica, em consonância com a capacidade empresarial, mais as políticas do Estado, promoveram o avanço da soja, colocando está como o principal esteio do complexo agroindustrial. Que apesar do alto custo de maquinaria, utilizadas em outras produções como o milho, o milheto, o sorgo, o algodão, entre outras.

Atraindo também a participação na indústria de esmagamento da soja de distintas empresas nos territórios industriais como SADIA e CEVAL, que constituem a retaguarda das áreas de produção. Necessitando, assim, de condições de mobilidade e o desenvolvimento dos transportes, para que as matérias-primas possam ser adquiridas diretamente do produtor, depois processadas e transformadas nos seus produtos mais nobres que são o óleo e o farelo.

Percebe-se que as empresas que operam na agroindústria da soja no Mato Grosso, tende a diversificar, com atuação em avicultura, pecuária,

suinocultura, entre outras. Atividades que abastecem o mercado interno e externo. Desse modo, a aplicação do desenvolvimento técnico sobre a estrutura dos custos de produção da soja tende a ser elevada de insumos (51,75%); instrumentos mecanizados (22,04%). No entanto, seu papel econômico na criação de infraestrutura de transportes, de comunicação, dotando a região de capacidade para dinamizar o território e a geração de divisas para o investimento em regiões que ainda persistem traços do latifúndio feudal, é importante.

A renovação tecnológica como paradigma

Pode-se dizer que a produção de 2.000.001 a 2.900.000 (t), realizada pela usina localizada no município de Coruripe, é fruto de sua maior renovação tecnológica, utilização de insumos para correção do solo e de cultivares geneticamente adaptáveis, bem como da colheita mecanizada, elementos que lhe garantem maior produtividade em relação às outras.

Segundo Mamigonian (1982), o centro do sistema capitalista tem apresentado ao longo da história dois padrões tecnológicos principais: o 1º padrão inglês-americano e o 2º o padrão alemão-japonês. O primeiro com grande impulso e perda de velocidade. O segundo com um movimento de renovação tecnológica permanente, mesmo que a criação não seja própria, atualmente posição assumida pela China na promoção das inovações tecnológicas.

Essa ideia de que é preciso obter tecnologias a partir de “transferências” internacionais coloca o país como sempre dependente de uma “técnica estrangeira” necessária ao desenvolvimento econômico. Ideia de que tudo deve estar bem para se promover a renovação tecnológica é refutada por Mamigonian (1982, p. 39), que assinala que nos períodos de crise é que surgiram os avanços tecnológicos.

Neste sentido, percebe-se que as necessidades enfrentadas pela indústria no período de crise promovem um dinamismo industrial, recorrendo à ciência como uma força produtiva. Sendo assim, o avanço e o atraso perpassa

pelas condições de invenções e inovações técnicas. Contudo, esta condição não tem recebido a atenção necessária dos estudiosos do desenvolvimento econômico, principalmente durante os ciclos depressivos.

A Usina Coruripe e os ciclos Kondratiev

A Usina Coruripe, fundada em 12 de fevereiro de 1925 a partir da união de diversos engenhos, surge no advento do terceiro ciclo de Kondratiev, marcada pelo longo período de recessão da economia mundial (1920-1945), tendo em 1941 o empreendedor Tércio Wanderley assumido o controle acionário da empresa.

A fase recessiva do terceiro ciclo longo, segundo Rangel (1986, p. 691), marcará um novo pacto de poder expresso pela aliança a burguesia industrial – dissidência dos comerciantes com os latifundiários, o desenvolvimento se dará “primeiro nas regiões mais desenvolvidas do país, e depois na economia nacional como um todo”.

A Usina Coruripe surge e se desenvolve no contexto do período que Rangel (1986) descreve o Brasil como sendo um país pré-industrializante e exportador de produtos agrícolas, que teve sua industrialização desencadeada nas condições da contração da demanda externa de nossas exportações entre os anos de 1921 e 1948.

Outro ponto interessante na história da Usina Coruripe é sua expansão, que se inicia em 1994 para a região do triângulo mineiro: onde possui as unidades Iturama (1994), Coruripe Energética (2001), Campo Florido (2002), Limeira do Oeste (2005), filial da Coruripe Energética na Unidade Campo Florido (2007), Unidade Carneirinho (2008).

Em 2012, dos 102 municípios alagoanos, apenas 41 não apresentavam produção de cana-de-açúcar. Dos 61 que produziam, apenas um, onde está a Usina Coruripe, havia produzido de 2.000.000 a 3.447.662 (t).

A diversificação das atividades é outro fator observado por essa empresa quando cria a Coruripe Energética, na Unidade Iturama, para a

cogeração de energia elétrica, para aproveitar a grande quantidade de bagaço de cana produzida nas suas usinas.

Segundo Chandler (1990, p. 304), a moderna empresa industrial apresenta duas características: a) “possui várias unidades operacionais distintas”; b) “é administrada por uma hierarquia de executivos assalariados em regime de tempo integral”. Esta moderna empresa industrial executa diferentes funções produtivas, combinado a esta também função de distribuição e pesquisa, ou seja, em cada unidade de fábrica, há um escritório administrativo, que realiza compras ou vendas e um laboratório de pesquisa.

Conforme o mesmo autor, nesta nova configuração as funções atinentes à produção e à distribuição de determinado produto passa pela coordenação, monitoramento de executivos de segunda e primeira linha, onde a hierarquia é fundamental para as operações da empresa em determinada área geográfica.

Como observado na maior produtora de cana-de-açúcar em Alagoas, seus desenvolvimentos ocorrem também pela incorporação de novas unidades, de diferentes atividades econômicas, de diferentes regiões geográficas, nesse sentido, tornando-se multifuncionais, multirregionais e multiprodutoras. Configuração esta que permitiu manter uma taxa de retorno e investimento a longo prazo, redução de custos de produção, distribuição de produtos e inovação tecnológica, como encontrado nas pesquisas de Alfred Chandler (1990).

Não só de fusões e aquisições viverá as empresas

Mas principalmente do Estado. Em Alagoas a máxima pode ser percebida voltando um pouco na história. Mais precisamente no final dos anos de 1980, em que se observou a aliança político-econômica entre os usineiros e o então governador de Alagoas e candidato a presidente da República, Fernando Collor de Melo.

As partes, Estado e 19 usineiros de Alagoas, firmaram um acordo em 1989, favorecendo-os com a devolução de valor correspondente a 120 milhões

de dólares de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), que já tinham sido pagos pelo IAA. Durante 15 anos, o governo de Alagoas recebeu indevidamente o ICM recolhido sobre a cana-de-açúcar plantada nas terras das usinas.

Os usineiros recebiam o dinheiro de volta através do IAA. No mesmo ano em que a Usina Coruripe começa sua expansão para a região do Triângulo Mineiro, isto é, 1994, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto que autorizava a União a pagar uma dívida dos usineiros no valor de 114,3 milhões de dólares com instituições internacionais.

É bom ressaltar que na década que inicia sua expansão, contraditoriamente, o Brasil vivia desde os anos de 1990, início do Governo Collor que não o terminaria (1990-1992), assumindo depois Itamar Franco (1992-1994) e o início do FHC (1995). O Brasil passava por um processo de redução no número de empresas conforme o gráfico 1, que oferece dados gerais das empresas segundo as grandes regiões no período de 1990 a 1995.

Quadro 1. Redução no número de empresas de 1990 a 1995

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Brasil	1918	1737	1706	1661	1553	1463
Norte	85	70	69	64	52	40
Nordeste	346	312	305	299	275	261
Sudeste	837	769	756	752	701	659
Sul	494	446	438	411	399	385
Centro-Oeste	156	140	138	135	126	118

Fonte: IBGE (1990 a 1995).

Denota-se pelos dados que em todas as regiões houve redução no número de empresas, sendo neste período menos 455 empresas. Portanto, pode-se inferir que a expansão da Usina Coruripe neste período contou não somente com mudanças estruturais relacionadas ao fluxo de suas inovações técnicas. Mas, também, com parte do acordo efetuado pelo Estado alagoano e 19 usineiros de Alagoas em 1989, com os milhões de dólares recebidos.

Considerações finais

Procurou-se mostrar como a presença de uma aristocracia agrária é responsável pelos processos letárgicos que impedem o desenvolvimento regional em Alagoas. Mostrou-se que há uma disparidade entre os produtores de cana-de-açúcar – produtividade em toneladas.

Observou-se, ainda, uma expansão da usina mais produtiva para outras regiões geográficas do Brasil. E que esta, possivelmente, resultou dos acordos entre os usineiros e o Estado de Alagoas no Governo Collor (1989), com amortizações, recuperação financeira e pagamentos de contratos. Tentou-se, ainda, discutir alternativas para a formação de um desenvolvimento regional além da cana-de-açúcar, com a diversificação de atividades agrícolas como a inserção da soja, que tornou o Mato Grosso em 5 anos o segundo produtor do país.

Pode-se dizer que o desafio maior enfrentado na questão do desenvolvimento regional em Alagoas é retirar do imobilismo vários municípios que possuem arcaicas relações de produção. O que representaria a possibilidade de trânsito de uma economia que se sustenta a partir do latifúndio pouco produtivo, cujas mudanças estruturais carecem de um maior fluxo de inovações técnicas, de transportes. Isto é, maiores incentivos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para crescerem mais rapidamente. Desenvolvimento que não contempla a todos que recorrem ao Estado.

Para que se efetive o desenvolvimento local, entende-se que este deve se subordinar a um esquema mais amplo de desenvolvimento que atenda às necessidades mais gerais do país. Em um país periférico de dimensões como o Brasil, o avanço da divisão social do trabalho deve, prioritariamente, preservar a otimização das possibilidades regionais, tendo em vista a consolidação de uma ampla economia de mercado. Como o que a China vem fazendo.

Dessa forma, a análise deve perceber como as demandas externas de regiões são afetadas por um amplo processo de desenvolvimento nacional e

regional. Sendo assim, é preciso ter noção dos fatores internos de produção que condicionam essas regiões. Essa instabilidade é fruto de profundas transformações, que tem como efeito o processo de globalização financeira, que representa a nova fase de evolução histórica do capitalismo. Ou mesmo pela impossibilidade da utilização de máquinas em regiões com alta declividade do terreno.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2011.

BERNARDES, Júlia Adão. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Brasil*: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 325-366.

CARVALHO, Cícero Péricles. *Economia popular*: uma via de modernização para Alagoas. 4 ed. Maceió: UFAL, 2010.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. *L'Information Géographique*, ano 12, n. 3, maio-jun. 1948.

FREEMAN, Christopher. Inovação e ciclos longos de desenvolvimento econômico. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 5-20, 1984. Disponível em: <<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/viewFile/336/565>> . Acesso em: 5 jan. 2020.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. O Bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana-de-açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: UFAL, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Anual da Indústria da Construção*. Tabela 582 – Dados gerais das empresas segundo as grandes regiões e unidades da federação. 1990 a 1995.

MAMIGONIAN, Armen. Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 2, p. 38-48, 1982. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23606>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

PLIHON, Dominique. As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHERNAIS, François (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 133-151.

RANGEL, Ignácio. *Economia: milagre e antimilagre*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: AGB-SP, n. 54, p. 81-99, jun. 1977. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/127617379-Sociedade-e-espaco-a-formacao-social-como-teoria-e-como-metodo.html>>. Acesso em: 5 jan. 2020.